

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PRODUÇÃO CULTURAL

LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIN

**PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA:**  
Análise de equipamentos culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro

NITERÓI  
2017

LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIIN

**PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA:**  
Análise de equipamentos culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de bacharel em Produção Cultural.

Orientador:  
Professor Doutor João Domingues

Niterói, RJ  
2017

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

B818p Brandini Nallin, Laryssa Maria  
PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA: Análise de equipamentos culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Laryssa Maria Brandini Nallin; João Domingues, orientador. Niterói, 2017.  
56 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2017.

1. Porto Maravilha do Rio de Janeiro. 2. Centros culturais. 3. Cidades Globais. 4. Gentrificação. 5. Produção intelectual. I. Título II. Domingues, João, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Arte.

CDD -

LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIN

**PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA:**  
Análise de equipamentos culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense para obtenção do título de bacharel em Produção Cultural.

Aprovada em 14 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

---

Profº Drº João Domingues

---

Me. Amanda Wanis

---

Me. Kyoma Oliveira

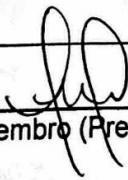
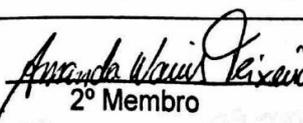
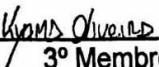
Niterói  
2017

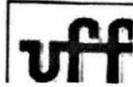


**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO</b>	
Nome do Candidato: <b>LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIN</b>	Matrícula: 113.033.021
Título do Trabalho: <b>"PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA: ANÁLISE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO"</b>	
Orientador: <b>Dr. João Domingues</b>	
Categoria: <b>Monográfica</b>	Data da Apresentação: <b>14/12/2017</b>

<b>BANCA EXAMINADORA</b>
1º Membro (Presidente): <b>Dr. João Domingues</b>
2º Membro: <b>Drª. Amanda Wanis</b>
3º Membro: <b>Me. Kyoma Oliveira</b>

<b>AVALIAÇÃO:</b>
Análise / Comentário A Banca destaca a relevância da temática, a síntese da apresentação oral e a escolha na conformação do objeto. Recomenda o acréscimo do percurso metodológico no texto final da monografia. Por fim, marca a continuidade dos estudos em pós-graduação
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora): <b>9,5 (Nove e Meio)</b>
ASSINATURAS  1º Membro (Presidente)  2º Membro  3º Membro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

---

## AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

---

Niterói, 14/12/2017

Eu, **LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIN**, CPF 404.849.858-41, formando(a) do curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada **“PROJETO PORTO MARAVILHA E A PROJEÇÃO NA CULTURA: ANÁLISE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA ZONA PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO”** defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.

---

**LARYSSA MARIA BRANDINI NALLIN**

Àqueles que sempre estiveram ao meu lado,  
mesmo distantes fisicamente, meus pais, Silvia e  
Donizeti.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e minha família, pois sem o suporte deles, durante todos esses anos, eu não estaria aqui concluindo uma graduação

Ao João Paulo, aquele que posso dizer que esteve sempre comigo nessa árdua batalha que foi o último ano de universidade, e me ajudou a ver flores coloridas na vida quando achava que tudo estava em preto e branco.

À Universidade Federal Fluminense, em especial o IACS, o casarão rosa que foi minha casa durante 4 anos, que foi onde me tornei quem sou.

Aos protagonistas dessa minha e nossa trajetória na UFF, que compartilharam comigo os momentos mais intensos vividos até então, e que se tornaram a minha família carioca.

A todos os professores e professoras que passaram pelo meu caminho durante os anos de graduação. Aprendi o que sei graças à toda a dedicação e inteligência passada para os alunos, com tanto carinho.

## RESUMO

O projeto Porto Maravilha é um projeto de renovação urbana que está sendo implementado na zona portuária do Rio de Janeiro. Este projeto tem o objetivo de inserir o Rio de Janeiro no universo da competitividade das cidades globais, afim de atrair capital financeiro para o espaço, ocorrendo a renovação urbana através do fluxo do capital econômico. O Porto Maravilha vem acompanhado por transformações sócio espaciais do território local, causando a gentrificação e a desvalorização da cultural local que ali se encontrava antes da implementação do projeto. As estratégias utilizadas pelo planejamento urbano possuem o claro interesse de atrair consumo para a região, e acabam não considerando as demandas dos cidadãos locais. Para atrair fluxo de capital, foi realizada a construção de dois grandes museus, o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã na Praça Mauá. Esses dois museus são considerados principais meios de enobrecimento da região nesse processo de valorização urbana. Em contraste a estes museus repleto de investimento, existem outros espaços culturais carentes de atenção, como os que são participantes do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, em especial neste trabalho, o Centro Cultural José Bonifácio (CCJB). O projeto Porto Maravilha foi pensado, sobretudo, para os cidadãos os quais não eram consumidores daquela região. Assim, há poucas ações do poder público em relação aos locais históricos da região, especificamente sobre o Circuito da Herança Africana e CCJB. As intervenções da prefeitura para estes espaços não passam de um cuidado arquitetônico e estrutural, ocorrendo um tipo de esvaziamento no que diz respeito a ocupação e programação dos centros culturais, enquanto o MAR e o Museu do Amanhã são dois equipamentos repletos de investimento, tanto público quanto privado, e se localizam muito próximos desses outros espaços culturais.

Palavras chave: Porto Maravilha; Cidades globais; Centros culturais; Gentrificação

## ABSTRACT

The Porto Maravilha project is an urban renewal project being implemented in the port area of Rio de Janeiro. This project aims to enter the Rio de Janeiro in the universe competitiveness of global cities in order to attract financial capital into space, experiencing urban renewal through the economic capital flow. The Porto Maravilha is accompanied by socio spatial transformations of the local territory, causing gentrification and the devaluation of the local culture that there was before the implementation of the project. The strategies used by urban planning have a clear interest to attract consumption for the region, and end up not considering the demands of local citizens. To attract capital flows, the construction of two major museums was held, Museu de Arte do Rio (MAR) and the Museu do Amanhã at Praça Mauá. These two museums are considered the main means of ennobling the region that urban recovery process. In contrast to these museums full of investment, there are other needy cultural centers of attention, such as those participating in the Historical and Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (Archaeological Circuit Celebration of African Heritage), especially in this work, the Cultural Center Jose Bonifacio (CCJB). The Porto Maravilha project has been designed especially for citizens who were not consumers of the region. Thus, there are few actions of government in relation to the historical sites in the area, specifically on the Circuit of African Heritage and CCJB. The city of interventions for these spaces are only an architectural and structural care, experiencing a type of dissection with regard to occupation and programming of cultural centers, while the SEA and the Museum of Tomorrow are two full equipment investment, both public and private, and are located very close to these other cultural spaces.

Keywords: Porto Maravilha; Global cities; Cultural centers; Gentrification.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A REGIÃO PORTUÁRIA, DO SEU PASSADO ATÉ O PROJETO PORTO MARAVILHA	13
2.1 Um breve histórico sobre a Região Portuária e o Porto Maravilha .....	13
2.2 O Rio de Janeiro nas cidades globais.....	20
2.3 Novos equipamentos culturais e o Centro Cultural José Bonifácio .....	23
3. PRAÇA MAUÁ COMO TERRITÓRIO LUMINOSO, CIRCUITO DA HERANÇA AFRICANA COMO TERRITÓRIO OPACO. ....	31
3.1 O Circuito da Herança Africana .....	37
4. O CONTRASTE ENTRE O CCJB, MAR E MUSEU DO AMANHÃ. ....	42
4.1 Centro Cultural José Bonifácio e Circuito da Herança Africana .....	42
4.2 Investimentos no Museu de Arte do Rio (MAR) e do Museu do Amanhã (MDA).....	46
4.3 O museu é do amanhã, mas e a história local? .....	48
5. CONCLUSÃO .....	51
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	54

## 1. INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, as cidades estão sofrendo um processo de remodelação e ressignificação de seus espaços. A gentrificação, um processo que caracteriza-se por um “enriquecimento” do espaço urbano gerado através de investimentos públicos e privados, a partir da renovação de elementos que compõem o local, como praças e prédios. O que ocorre nessas regiões gentrificadas é que os moradores locais acabam sendo removidos, ou pela especulação imobiliária, que eleva os preços das moradias locais, ou até mesmo forçadamente pelo poder público para utilização da área de remoção para novas obras.

Tal processo acompanha a ocorrente redefinição das cidades, a qual intensificou-se especialmente no Rio de Janeiro, cidade sede de grandes eventos esportivos como os Jogos Pan-Americanos de 2007, Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. No projeto de reforma urbana do Rio de Janeiro, uma das áreas mais afetadas foi e está sendo a região portuária, a qual o projeto de revitalização, denominado Porto Maravilha é realizado pela Concessionária Porto Novo, através de Parceria Público Privada (PPP) com a prefeitura da cidade. Além da concessionária, existe a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro, instituída pela Lei complementar nº 102, a qual é responsável pela gestão da prefeitura no projeto de revitalização. Segundo o site oficial:

Cabe à Cdurp a articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo - que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio. (PORTO MARAVILHA – CDURP s. d.).<sup>1</sup>

O que acontece hoje no processo de “revitalização” dessa região, pode ser considerado uma releitura do passado, um processo similar com o ocorrido no início do século XX por Pereira Passos, de higienização da área, a fim de ser ocupado pela população branca de classes mais altas, modificando a estética da região, deixando a população mais pobre à margem das políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/cdurp>> Acesso em 01 nov 2017.

Assim, somado a globalização e ao sistema econômico capitalista, surge a competição mundial de cidades, na qual estas buscam novas estratégias urbanas para se destacarem entre elas, como a necessidade de reforçar a cidade como um centro de cultura, turismo e consumo (SMITH, 2006). Nesses casos, a cultura tem sido atualmente utilizada como recurso no novo modelo de urbanização das políticas urbanas. Como exemplo, temos a construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e Museu do Amanhã na Praça Mauá, localizada no porto do Rio, museus grandiosos tanto na arquitetura quanto no reconhecimento mundial. Porém, não tão longe da praça, há menos de 20 minutos de caminhada, encontra-se o Centro Cultural José Bonifácio (CCJB), um centro cultural destinado à cultura negra, situado num prédio datado da época do Império, com significativa carga histórica também da cultura africana. Porém, o CCJB não possui a mesma atenção, cuidado e investimento do setor público e privado em comparação aos seus vizinhos MAR e Museu do Amanhã.

Portanto, neste trabalho analiso os motivos que fazem o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, com ênfase no Centro Cultural José Bonifácio, a serem “esquecidos” em relação aos novos museus da Praça Mauá, por quais motivos existe essa diferença gritante de investimentos entre eles, que são tão próximos e fazem parte do mesmo circuito cultural do Porto Maravilha. Exemplificando essa dicotomia, a obra de construção do Museu do Amanhã custou em torno de R\$308 milhões, enquanto o CCJB ficou 20 anos abandonado se deteriorando com o tempo.

Muito do que é aqui discutido teve como o fio condutor a participação da autora no Grupo de Pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, Laboratório globalização e Metrópole (GDPU) da Universidade Federal Fluminense(UFF), liderado por Amanda Wanis. Foram realizadas diversas idas a campo, na região portuária, além de pesquisa e discussão bibliográfica acerca do tema. Foi pelas pesquisas do grupo que Laryssa Nallin teve o seu primeiro contato com o Centro Cultural José Bonifácio e diversos outros espaços culturais da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Além da participação na pesquisa, que pode ser dito como a parte prática desta pesquisa, a leitura e entendimento bibliográfico foi imprescindível para comparação e articulação deste trabalho.

Tal tema e objeto de estudo também tem o objetivo aprofundar na questão da arbitrariedade do poder público, que planeja a reestruturação urbana utilizando uma cultura seletiva para a atração de uma classe selecionada, o que hipoteticamente provoca um distanciamento e rompimento de identificação da população habitante e frequentadora da região, além das questões que envolvem a revitalização da Praça Mauá e o projeto Porto Maravilha. Tal projeto que vem acompanhado do processo de gentrificação, que de acordo com Smith, está ligada em uma complexa combinação de poderes e interesses entre os empreendedores imobiliários, o mercado financeiro e o comércio:

“Os projetos imobiliários se tornam peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificada pela geração de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais.” (SMITH, 2006, p. 78).

Primeiramente, é realizado uma interlocução entre teóricos, conceitos e matérias publicadas sobre gentrificação e o projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, seguido da realização de estudos e pesquisas sobre a revitalização da Praça Mauá, mais genericamente, do Porto Maravilha como um todo.

Neil Smith (2006) aborda a questão de pontos interligados pela generalização da gentrificação. Entre eles estão: o novo papel do Estado e as parcerias público-privadas, a ascensão de grupos em combate à gentrificação e por fim, a generalização setorial da gentrificação. Esses três pontos são extremamente atuais no caso do projeto Porto Maravilha da cidade do Rio de Janeiro.

Com a crescente e presente gentrificação no Porto Maravilha, é importante pesquisar as reações, relações e consequências que a atual implantação do projeto de revitalização atua no espaço citado.

O conceito e análise da gentrificação a partir de Smith será fundamental para construção deste trabalho, pois ele entende os motivos da generalização deste processo, entre eles, o novo papel do Estado, em que “os investimentos do governo derivam mais explicitamente às regras do mercado” (SMITH, 2006), a mudança dos níveis de oposição política, com a ascendência de movimentos de resistência, e a “generalização da gentrificação setorial”.

No primeiro capítulo é feita uma interlocução histórica da região portuária do Rio de Janeiro com os principais acontecimentos e reformas os quais a área passou durante os anos, desde a época colonial, com enfoque na região da Praça Mauá. É elencado os motivos da deterioração urbana da área, e a então criação do projeto de revitalização Porto Maravilha. Tal projeto é marcado por um novo tipo de planejamento urbano presente na atualidade, o qual utiliza a cultura como meio para sua reconfiguração urbana. A utilização da cultura como meio de geração de recursos econômicos (YÚDICE, 2006) atrai investimentos para o local, desenvolvendo a economia e o turismo na área, aumentando, portanto, o consumo cultural local. Entretanto, é importante explorar a possível desvalorização da cultura e memória da região, assim como a inserção de uma cultura elitista.

No capítulo dois faço uso dos conceitos de territórios luminosos e territórios opacos evidenciado por Santos (1996), os quais são territórios contrastantes em sua dinâmica de investimento e produção. Aqui é entendido como a Praça Mauá com seu anexo, o popularmente conhecido como Boulevard Olímpico como áreas luminosas, e os espaços que fazem parte Circuito da Herança Africana estão situados em territórios opacos. Temos aqui também a formulação do entendimento do conceito de espaço público evidenciado por Sagre (2005), o qual diz que espaço público é um local de encontro para a prática da diversidade, e esse vem sido amplamente utilizado na construção das novas cidades globais. Não menos importante, mas pelo contrário, imprescindível, é compreender o direito à cidade (HARVEY 2008) nas atuais relações institucionalizadas entre poder público e sociedade no projeto Porto Maravilha em curso.

Nesse mesmo capítulo há ainda a questão histórica sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e a relação do discurso predominante oficial sobre a importância da história da zona portuária, mas não a sua efetivação de uma maneira eficaz.

Por fim, no último capítulo deste trabalho de conclusão de curso há a amostragem da discrepância de investimentos entre os espaços culturais da zona portuária, a diferença entre o que é considerado mais importante para os executores do projeto, como as criações de museus internacionalmente conhecidos, e os espaços culturais os quais já existiam naquele território antes da implementação do projeto, porém carecem de atenção do poder público para sua funcionalidade efetiva.

## **2. A REGIÃO PORTUÁRIA, DO SEU PASSADO ATÉ O PROJETO PORTO MARAVILHA**

### **2.1 Um breve histórico sobre a Região Portuária e o Porto Maravilha**

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro possui um valor histórico inestimável: o local foi ocupado pela mão de obra escrava nos séculos XVIII e XIX, onde viveu e trabalhou um grande contingente de escravos, e possui uma relevância cultural do território do Brasil no período colonial (ALBINATI, 2016). Na região portuária estão localizados os bairros mais antigos do Rio de Janeiro, que possuem relevância fundamental para o desenvolvimento histórico e cultural da cidade. Ali existiu o maior porto de escravos da América Latina, foi lugar de nascimento de muitos dos símbolos culturais do país, como o samba, além de abrigar a mais antiga favela do Brasil: o Morro da Providência.

A ocupação e os usos das regiões portuárias se relacionam com o desenvolvimento urbano das cidades. No Brasil, a partir da década de 1950 o processo de industrialização ganha força, o que determinou a forma urbana das grandes cidades, fundada no esvaziamento das áreas centrais ao longo dos anos. As intervenções ocorridas no local durante o processo de desenvolvimento urbano foram decorrentes de ações pontuais. A zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, ao longo da história, não se modifica do mesmo modo que o restante da cidade, ou seja, pelo contínuo processo de construção, demolição e reconstrução. No local não houve a substituição de casas e armazéns por arranha-céus, enquanto outros bairros, como Copacabana, assistiam a sua verticalização (MELLO, 2003). Além disso, na região do porto, as atividades e tradições ali exercidas se perpetuaram ao decorrer dos anos. Nos bairros da região portuária, as ruas, as casas, os espaços urbanos e arquitetônicos preservam além de suas formas, a vida e a história do local. São edifícios que carregam um peso histórico vivido pela cidade e seus cidadãos, são bairros que mantêm as tradições de determinados modos de vida que, atualmente, não se vê tão usualmente em outros bairros cariocas. Com isso, os bairros portuários ficaram, de certo modo, à margem da cidade no tempo e no espaço.

A zona portuária do Rio de Janeiro atualmente passou por profundas transformações em seu espaço social e urbano, a partir da administração da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha<sup>2</sup>, lançada em 2009, no contexto de preparação da cidade para os grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O projeto, financiado por investimentos oriundos dessa operação consorciada, é formado a partir da economia de capital misto com recursos públicos e privados, por Parceria Público-Privada (PPP). Os recursos públicos são provenientes da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) (Lei 10257/2001), os quais são títulos comercializados que dão direito construtivo acima de parâmetros de gabaritos previstos em lei, ou seja, equivale a uma contrapartida paga pelas empresas imobiliárias para construir edifícios maiores do que o permitido pela lei de zoneamento municipal.

Imagem 1 - área de extensão do projeto Porto Maravilha



Fonte: <http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>.

---

<sup>2</sup> A Lei Municipal nº 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. (Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>, acesso em 18/11/2016)

Imagem 2 - bairros e favelas dentro do Porto Maravilha



Fonte: <https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha/>. acesso em 01/12/17

As referidas mudanças institucionais na prefeitura, implantados pelo ex-prefeito Eduardo Paes, dispuseram da intenção de acelerar o projeto “revitalizador”, o qual foi um dos prioritários em sua gestão. Para complementar e ilustrar tais alterações, segundo o art. 233-A da Lei Complementar nº 111/2011<sup>3</sup>, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro é:

O conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (RIO DE JANEIRO, 2011).

<sup>3</sup> Brasil, Lei Complementar nº 11 de 01/02/2011: Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, fev 2011. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48?OpenDocument> . acessado 18/11/2016.

O projeto de revitalização se estende por uma área aproximada de cinco milhões de metros quadrados, composta principalmente por bairros populares, tendo como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, o qual fazem parte os bairros do Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo e parte do Centro da cidade. Neste domínio encontram-se a Praça Mauá e a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde – conhecida como Boulevard Olímpico.

O local onde hoje existe a Praça Mauá havia a Praia de Nossa Senhora, conhecida como “Prainha. Durante a primeira grande reforma da região, ocorrida na gestão do prefeito Pereira Passos<sup>4</sup> entre os anos de 1904 e 1910, o Morro do Senado, situado nas imediações da Praça da República no centro da cidade, foi derrubado e sua terra utilizada no aterramento da zona portuária, determinando o fim da antiga Prainha e dando vida ao que é hoje a Praça Mauá.

Durante esta reforma, a praça acompanhou o visível anseio do prefeito Passos em realizar, no Rio de Janeiro, uma reforma urbana baseada na anteriormente executada em Paris no final do século XIX, a qual havia a predominância do estilo Belle-Époque. No final da década de 1920, a praça recebe o edifício “A Noite” (hoje Edifício Joseph Gire), assinado pelo arquiteto francês Joseph Gire - o mesmo responsável por assinar a arquitetura do hotel Copacabana Palace. O então maior arranha-céu da América Latina abrigou o jornal que deu o nome popular ao prédio até 1937. Com o fim do jornal, o imóvel passou a sediar a Rádio Nacional, no auge da “Era do Rádio”, tornando assim tanto o edifício quanto a Praça Mauá, onde localiza-se, ponto de encontro dos habitantes da cidade, estimulado pelo prestígio dos artistas que iam até a Rádio. A história da praça também é marcada pelas manifestações operárias do Primeiro de Maio<sup>5</sup>. Assim, pode ser considerado que a concentração de operários em tal local caracteriza a ocupação habitacional nas imediações da praça na região portuária.

De acordo com Mariana Werneck, foram três os principais fatores que motivaram uma nova transformação nos usos da região, na década de 1960: a transferência da capital federal para Brasília; a construção do Porto de Sepetiba e a mudança do transporte hidroviário em contêineres, o que resultou na inativação de parte das instalações que davam apoio ao Porto e o deslocamento de grande parte

---

<sup>4</sup> Disponível em <<http://portalarquitetonico.com.br/a-reforma-urbana-de-pereira-passos-no-rio-de-janeiro/>>

<sup>5</sup> Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio>>

das indústrias para áreas mais afastadas da cidade, onde obtinham terrenos mais baratos e legislação mais flexível para construções (WERNECK, 2016). Com isso inicia-se a decadência das atividades portuárias da região. Soma-se isso a construção do Elevado da Perimetral da década de 1970, um viaduto o qual cruza toda a zona portuária, entre o Mosteiro de São Bento e a Rodoviária Novo Rio, atravessando inclusive a Praça Mauá. Esta obra, que foi pensada em particular nas questões de mobilidade urbana no sentido de transporte realizado por vias expressas, trouxe resultados negativos para a estética e fruição da região (MELLO, 2003). A Perimetral foi responsável por uma desqualificação da área da Praça e do porto como um todo, apresentando fatores de práticas de segregação urbana no local, transformando, portanto, a área de permanência em zona de fluxo contínuo.

Conseqüentemente, a região perde a atenção do poder público e dos habitantes de outras regiões da cidade, contribuindo para a obsolescência das atividades da zona portuária e para a diminuição de suas atividades econômicas relacionadas ao porto, à infraestrutura urbana e ao número de moradores da região. Entretanto, as relações sociais ali estabelecidas desde o início da urbanização da cidade, com os descendentes de escravos africanos, de estivadores do porto, de operários e de outros que ali se estabeleceram, mantiveram o local com dinâmicas sociais e culturais ricas, invisibilizadas pela decadência econômica da região:

Isolamento e esvaziamento, proporcionados por dinâmicas econômicas, políticas e urbanas, mantiveram, no entanto, as condições de reprodução das classes populares nos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Além de oferecer moradia para os antigos operários e trabalhadores portuários e também para novos ocupantes, como muitos dos migrantes nordestinos, os bairros abrigavam pequenos comércios e negócios, depósitos de mercadorias de camelôs, e até mesmo terreiros de umbanda e candomblé e galpões de escolas de samba – em muitos casos, com o conhecimento de repartições e órgãos públicos, que realizavam acordos para a ocupação irregular dos espaços (WERNECK, 2016, p.28).

Anteriormente à execução do projeto de renovação urbana atual, diversos projetos já haviam sido pensados para a região portuário do Rio de Janeiro. Inspirado pelos exemplos de cidades onde o planejamento estratégico já vinha sendo implantado, situados em países com condições muito distintas daquelas vividas no Brasil a época, a construção de uma filial do Museu Guggenheim no Rio

de Janeiro foi pensada como “âncora” do processo de revitalização do centro da cidade.

Entre os projetos elaborados pela Prefeitura para a "revitalização" da Zona Portuária, um dos que obteve maior repercussão social foi o de construção, no Pier Mauá, da primeira filial latino-americana do Museu Guggenheim, instituição nova-iorquina que ganhara prestígio internacional como dinamizadora turística e econômica das cidades de Bilbao e Veneza (GUIMARÃES, 2014, p.38)

A negociação para instalação do museu no Rio de Janeiro começou ainda na gestão de Luiz Paulo Conde, porém foi Cesar Maia quem assinou contrato com a Fundação Guggenheim, em 2003, já sob críticas e após manifestações públicas de desacordo com a importação do equipamento cultural. Quando a mobilização dos moradores e outros agentes<sup>6</sup>, em especial do campo da cultura, chegou a inviabilizar a implantação do museu, Maia cancelou a reurbanização prevista para as ruas da região, no bairro da Saúde, afirmando que sem esta âncora, cujo custo aos cofres públicos estava sendo questionado, não faria sentido o gasto público no local.

Em 2001, o então Secretário Municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis, lançou o projeto Porto do Rio, e uma das inovações do projeto em relação aos anteriores é a perspectiva de uma nova concepção de atividades que iriam atrair investimento e capital privado para a região, como atividades de entretenimento, como foi utilizado no projeto de revitalização de Puerto Madero, em Buenos Aires. De acordo com Wihiem (2005), tal projeto tem como exemplo de bem sucedido. Com concepção arquitetônica de A. Garay entre outros arquitetos, as obras iniciaram-se em 1991, incorporando os armazéns portuários e suas áreas adjacentes, através de bares e restaurantes no térreo e salas de escritórios nos andares superiores. Contudo, fugindo da proposta original do projeto, hotéis e edifícios institucionais foram construídos em outros locais, e além disso, devido à falta de opções vasta de um tipo específico de lazer ligado a um circuito turístico mundial, não há mistura de público na região, sendo este frequentador composto por pessoas com maior poder aquisitivo e alta classe social e turistas, de um modo geral.

Porém, o projeto que teve maior influência no Porto Maravilha foi sem dúvida a renovação urbana ocorrida em Barcelona, que tornou-se referência mundial,

---

<sup>6</sup> ANDRADE, Carlos F. S. L. Construção do Museu Guggenheim no Rio de Janeiro realizada pelos arquitetos reunidos no XVII Congresso Brasileiro de Arquitetura. Disponível em [http://www.forumpermanente.org/administ/arquivo\\_hibernante/guggenheim/cba](http://www.forumpermanente.org/administ/arquivo_hibernante/guggenheim/cba). Acessado 01/12/17.

principalmente para os países latino-americanos. A realização das Olimpíadas de 1988 e do Fórum Internacional das Culturas - Barcelona 2004 foram eventos mundiais estimulantes de reformas urbanas na cidade. Sobre a reforma de Barcelona, segundo Wihien:

Toda a frente marítima foi redesenhada e adquiriu nova função, com o deslocamento do porto comercial. O sistema viário, pela construção da Avenida Diagonal, foi prolongado até o mar, construindo-se um novo centro de feiras, exposições e congressos. Algumas edificações existentes foram adequadas, como, por exemplo, o estádio. Outras, como o ginásio poliesportivo de Montjuich, obra de A. Isozaki, foram construídas. Ainda por ocasião das Olimpíadas, a cidade recebeu um novo sistema viário periférico e implantaram-se inúmeras praças, sempre bem desenhadas e dotadas de obras de arte expressivas. (WIHIEN, 2005).

É importante realçar Sánchez (1999) e Vainer (1998) ao apontarem para um modelo de cidade que começa com o planejamento estratégico atendendo aos aspectos do fluxo do capital, buscando a liderança na competição mundial de cidades, onde existe a necessidade de reforçar para o mundo a capacidade que a cidade tem de organizar e sediar megaeventos como os Jogos Olímpicos.

A campanha oficial realizada para promover e justificar o projeto “Porto Maravilha” fez e continua fazendo intensa alusão ao local como uma região que abriga serviços marginalizados, como a presença de botecos e a prostituição, retratando a zona portuária como um vazio urbano, segundo o discurso dominante. Entretanto, o “vazio urbano” retratado por tal campanha exclui de todo o processo os habitantes e fruidores do porto, os quais nunca deixaram de existir, porém por se tratar de pessoas integrantes de classes sociais mais baixas - marginalizadas pela sociedade, são omitidos da preocupação do poder público em inseri-los no território o qual pertencem.

O Porto Maravilha em si não corresponde ou compartilha o sentimento vivido por alguns cidadãos moradores da região, os quais consideram que o projeto gerou e ainda gera certa ameaça à sua forma de vida social e de identidade urbana. De acordo com Milton Santos (1985), o território é local de reprodução das relações sociais de produção, objeto de disputa e dominação das relações sociais, tais quais não prescindem do espaço para ocorrerem e, retoricamente, constroem suas particularidades, ou seja, território pode ser entendido como um espaço apropriado

simbolicamente. Assim, em consideração do território, não se pode desconsiderar as diversas práticas simbólicas que ocorrem no espaço urbano, mais especificamente, na região. Conseqüentemente, tal obra de “revitalização” tende a criar uma homogeneização social, cultural e espacial da zona portuária, o que faz com que tanto as identidades locais quanto as práticas sociais urbanas fiquem sujeitas aos códigos ali recentemente implantados. Segundo o discurso da Prefeitura do Rio de Janeiro, acredita-se que esse processo é referência em nome da modernização, desenvolvimento e progresso, porém tais tendências de submeter o espaço, com todo o seu histórico, à lógica do mercado mundial de cidades esteticamente consumíveis, não ocorre sem conflitos e tensões, especialmente entre sociedade civil e poder público.

## **2.2 O Rio de Janeiro nas cidades globais**

Na contemporaneidade o sistema capitalista progressivamente demanda a necessidade de reorganizações espaciais e territoriais que atendam às exigências da nova racionalidade do capitalismo, diversas vezes ocasionada por estratégias de proporção mundial. Assim, com a criação e instalação de capitais globalizadas, cria-se sobre um determinado local e território a imposição a adaptar-se às necessidades do capital, através de investimentos que determinam, muitas vezes, alterar por completo uma região, com o intuito de potencializar a eficiência econômica da cidade, introduzindo também novas formas de “manipulação cultural” (SÁNCHEZ, 2001).

Há a necessidade de reforçar a cidade como centro mundial de cultura, turismo e consumo (SMITH, 2006) nesse novo meio de fazer a cidade, e é de interesse que tal se afirme como polo cultural, havendo a possibilidade de transformação do capital simbólico (cultural) em capital econômico. A utilização da cultura como meio de geração de recursos econômicos (YÚDICE, 2006) atrai investimentos para o local, no caso, a Zona Portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo a economia e o turismo na área. De acordo com Albinati:

A cultura comparece nesse tipo de projeto como um recurso central, uma vez que a realização de grandes obras para a reapropriação

capitalistas de áreas desvalorizadas economicamente - o que de fato interessa aos setores imobiliários e da construção civil, principais parceiros das administradoras empreendedoras - é legitimado por uma construção imagética que ao mesmo tempo reinventa a história local e reinventa um novo modo de vida no espaço regenerado. (ALBINATI, 2016).

Tal reforma foi inspirada em projetos internacionais de renovação de frentes marítimas, que vem ocorrendo desde os anos 1960 (ALBINATI, 2016), como ocorreu com Barcelona - cidade sede dos Jogos Olímpicos de 1992. O projeto Porto Maravilha ambiciona simbolizar uma nova fase do desenvolvimento da cidade, apresentando ao mundo a imagem de um Rio de Janeiro como uma cidade moderna, ordenada e bela, com o objetivo de inseri-la no contexto de movimento das cidades globais, ou seja, cidades que representam os centros mundiais de comando da economia global, que se apropriam da cultura para a geração de renda de diversas maneiras. Nesse contexto, torna-se essencial a ferramenta do city marketing, a cidade mercadoria a qual é entendido segundo Sánchez (1994) como um “(...) mecanismo institucional de promoção e venda das cidades.” Este conceito tem ligação com o planejamento estratégico que direciona ações para a promoção das cidades globais, tornando-as atrativas e competitivas no âmbito mundial.

O termo “cidade criativa” está diretamente relacionado com o city marketing, pois é a partir desse que surge a culturalização do planejamento urbano, em que a cultura cumpre um papel fundamental no novo desenvolvimento econômico a fim de tornar a cidade amplo polo de consumo cultural e econômico, desencadeada pela economia criativa. Ao se apropriarem da cultura em seu planejamento urbano, as administrações das cidades globais acaba por atingir seu objetivo principal o qual é animar o circuito de acumulação urbana (YÚDICE, 2006), pelo aumento do fluxo de consumo de capital ao vender a cidade como culturalmente consumível, desenvolvendo o turismo na área. Os impactos econômicos e de fluxo de capital da implantação prática desses termos acontecem em diversos âmbitos, como através da ampliação do mercado de trabalho, em criação e venda de produtos culturais, reestabelecer conexões dinamizando os ambientes urbanos e criando novos espaços e equipamentos culturais, dando assim, mais dinâmica à essas áreas urbanas. Segundo Carlos Vainer, em seu artigo “Pátria, empresa e mercadoria” (1999):

Este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais e globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e de condições do exercício de cidadania. (VAINER, 1999).

Esse fenômeno é problematizado por Guterman (2012) ao afirmar que a elevação de determinados locais das cidades à “cartão postal” inevitavelmente trazem benefícios ao atraírem investimentos e consumidores, porém as estratégias utilizadas pelo planejamento urbano e marketing não levam em conta as demandas dos cidadãos locais, mas somente o interesse em atrair turistas e consumidores para a região (GUETERMAN, 2012 p. 75). Os agentes sociais anteriormente estabelecidos são obrigados a adaptarem-se em relação às novas re-configurações de espaço implementadas pelas reformas impostas por outros sujeitos não fruidores da região, os quais não se preocuparam em entender a dinâmica e rotina local anteriormente à execução da revitalização.

O projeto Porto Maravilha visivelmente utilizou-se do discurso, compartilhado pela grande mídia e poder público, da transformação de uma área com a imagem como degradada e abandonada, motivando a abertura da zona portuária para os fluxos do capital. Assim, há a remodelação da economia urbana local, baseando-a no turismo e urbanização cultural, meios utilizados a fim de atingir tal fluxo de financiamento, entre outros fatores, realizando a construção de edifícios monumentais, projetados por arquitetos mundialmente conhecidos e renomados. São utilizadas estratégias de marketing assim como a implantação de museus, que irão servir como marca para a região, onde a cultura é espetacularizada e confundida somente com entretenimento. Com esses propósitos, dois grandes espaços culturais foram construídos na Praça Mauá: o Museu de Arte do Rio (MAR), e o Museu do Amanhã, os quais os valores gastos para sua construção são respectivamente 76 milhões<sup>7</sup> e 308 milhões de reais<sup>8</sup>.

Assim, neste processo de renovação ocorre incentivada próprio Porto Maravilha a valorização urbana, que atinge principalmente o setor imobiliário, em que o interesse de investimento de grandes empresas do setor para a construção de grandes prédios comerciais e hotéis de luxo, aumentando o investimento do

---

<sup>7</sup> Revista Porto Maravilha - agosto 2013 nº 10

<sup>8</sup> Disponível em

<[http://www.bbc.com/portuguese/videos\\_e\\_fotos/2015/12/151210\\_museu\\_amanha\\_jc\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/12/151210_museu_amanha_jc_lk)> acesso em 20 nov 2017

setor privado, acabando por tornar a região mais cara para consumo, fruição e moradia.

A construção de novos grandes equipamentos culturais também podem ser considerado como agente causador desse “enobrecimento” do porto carioca. Portanto, o projeto se mostra um importante gerador de rupturas em um território especialmente rico histórica e socialmente, causando uma reformulação tanto espacial quanto social da região. Como apontado anteriormente, a realização deste projeto, o qual está estritamente relacionado ao avanço sobre o setor imobiliário que chega até as áreas que são ocupadas por uma população mais pobre (ALBINATI, 2016), população esta que sofre com o processo de gentrificação<sup>9</sup>, com o medo de remoções e além de tudo, com a modificação na sua rotina e modos tradicionais de uso do espaço e território.

### **2.3 Novos equipamentos culturais e o Centro Cultural José Bonifácio**

O primeiro equipamento cultural base do projeto Porto Maravilha, o Museu de Arte do Rio, foi inaugurado em março de 2013, e funciona em dois prédios interligados e que já existiam, porém com perfis contrastantes: o Palacete Dom João IV o qual possui arquitetura clássica das décadas de 1910 e 1920, e o edifício de arquitetura modernista onde nos anos de 1940 a 1960 funcionou o Terminal Rodoviário Mariano Procópio. O antigo Palacete hoje abriga as salas de exposições do MAR, e o prédio ao lado é onde se localiza a Escola do Olhar, que segundo o site do museu: *“é um ambiente para produção e provocação de experiências, coletivas e pessoais, com foco principal na formação de educadores da rede pública de ensino.”*<sup>10</sup>

As obras tiveram início em 2010 com custo de aproximadamente R\$76 milhões (setenta e seis milhões de reais) (Revista Porto Maravilha - agosto 2013 nº 10), financiamento oriundo tanto de recursos públicos e privados diretos como também de recursos incentivados por isenção fiscal, em parceria com a Fundação

---

<sup>9</sup> Gentrificação é um processo em que os grupos sociais pré-existentes nos locais onde um projeto de planejamento estratégico urbano é realizado, são excluídos e se veem forçados a deixar a região, a qual acaba sendo ocupada por uma população de maior renda.

<sup>10</sup> O MAR - <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar> acesso em 24/11/17

Roberto Marinho, organização social do Grupo Globo. O museu é gerido pelo Instituto Odeon, uma Organização Social da Cultura. Apenas dois anos após a inauguração do MAR, em setembro de 2015 foi quando ocorreu a inauguração da nova Praça Mauá, 21 mil metros quadrados maior que antes da reforma.

De todo o processo de revitalização do porto, a “menina dos olhos” do projeto pode ser considerado o Museu do Amanhã, construído pela concessionária Porto Novo e, assim como o MAR, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Após 5 anos de obras e com inauguração adiada durante 3 anos, o museu foi inaugurado em dezembro de 2015, marcado por um grande evento gratuito denominado “Viradão do Amanhã”: 36 horas de atividades culturais na Praça Mauá.<sup>11</sup> A gestão do espaço é exercida pela organização social Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), possui o Banco Santander como Patrocinador Master e conta com outras instituições públicas e privadas para o funcionamento e financiamento.

Imagem 3 - Museu de Arte do Rio antes da reforma



Fonte: [http://portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/52](http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/52)

---

<sup>11</sup> <https://museudoamanha.org.br/pt-br/content/virad%C3%A3o-do-amanh%C3%A3> acesso em 24/11/17

Imagem 4 - Museu de Arte do Rio pós reforma



Fonte: [http://portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/52](http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/52)

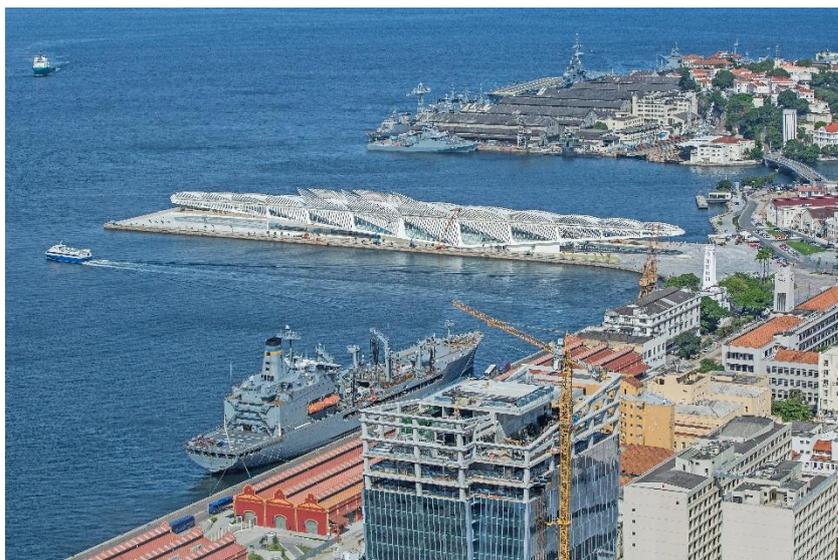
O arquiteto responsável pelo projeto do Museu do Amanhã foi o espanhol Santiago Calatrava, conhecido mundo afora por outras grandes obras arquitetônicas e problemáticas. Calatrava é famoso por extrapolar os orçamentos iniciais, após os projetos serem aprovados, além de seus projetos necessitarem de um alto custo de manutenção, principalmente devido a problemas de construção e a concepção das estruturas. Os reajustes orçamentários no caso do Museu do Amanhã tiveram um aumento de R\$130 milhões (cento e trinta milhões) no projeto inicial a um custo final de R\$308 milhões (trezentos e oito milhões de reais), sendo que desse valor R\$215 milhões (duzentos e quinze milhões) foram oriundos de vendas de CEPACS.

Imagem 5 - Pier Mauá antes da construção do Museu do Amanhã



Fonte: [http://portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/52](http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/52)

Imagem 6 - Pier Mauá pós construção do Museu do Amanhã



Fonte: [http://portomaravilha.com.br/fotos\\_videos/g/52](http://portomaravilha.com.br/fotos_videos/g/52)

A requalificação da Praça Mauá com a construção desses equipamentos culturais evidencia a tendência da culturalização da revitalização da cidade, a fim de transformar a imagem da região de desqualificada e degradada dando abertura para os fluxos do capital. Esses dois centros culturais atraem um novo tipo de público para a região, ocorrendo o objetivo esperado pelos fatores do projeto: dinamizar e atrair investimentos para zona do porto..

Em confronto com esses dois oponentes novos equipamentos culturais, há o Centro Cultural José Bonifácio, localizado na rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa, vizinho do Centro da Cidade, há pouco mais de um quilômetro de distância da Praça Mauá. O CCJB localiza-se em um edifício construído a pedido de Dom Pedro II no ano de 1877, onde foi inaugurada a Escola Pública Primária da Freguesia de Santa Rita - a primeira escola pública da América Latina, a qual funcionou até 1977. Passou a sediar a Biblioteca Popular Municipal da Gamboa especializada na temática africana, e se tornou em um centro de referência sobre a história e cultura negra com a criação do Centro Cultural José Bonifácio em 1993. A área em que o CCJB localiza-se é conhecida como “Pequena África” pelos sítios arqueológicos encontrados da época imperial, em que ali chegavam navios negreiros, por isso o centro cultural tem como principal meta incentivar o estudo, valorização e divulgação da cultura africana no Brasil.

José Bonifácio (1763 - 1838) é natural do município de Santos no litoral do estado de São Paulo. Ele foi o Patriarca da Independência, lutou como soldado contra as tropas de Napoleão, foi secretário da Academia de Ciências de Lisboa, foi vice-presidente da província de São Paulo e Ministro do Príncipe Regente D. Pedro<sup>12</sup>.

Após de formar-se em Direito e Filosofia em Portugal, foi convidado pela coroa de Portugal para fazer parte da Academia de Ciências. No fim do século XVIII, com a queda da produção das minas de ouro no Brasil, José Bonifácio é escolhido para viajar pela Europa com o objetivo de adquirir conhecimentos de mineralogia, filosofia e história natural. Na Suécia ocorreu um de seus maiores marcos na mineralogia ao descrever novos doze minerais. Após passar por turbulentos anos no Brasil, sendo a favor da independência, foi acusado de conspirador contra a Coroa e permaneceu preso em sua casa na Ilha de Paquetá, até sua morte no de 1838.

---

<sup>12</sup> <https://educacao.uol.com.br/biografias/jose-bonifacio-andrada-e-silva.htm>. Acesso em 04/12/17

Em entrevista realizada no final de 2016<sup>13</sup> com as então atuais gestoras do CCJB, o prédio teve sua melhor época de funcionamento nas duas gestões públicas em que Helena Severo foi secretária municipal de cultura, na primeira administração do ex-prefeito Cesar Maia (1993 - 1996) e posteriormente do ex-prefeito Luiz Paulo Conde (1997- 2000). Após esse período, o CCJB ficou abandonado e a construção tornou-se obsoleta com o tempo, um prédio com mais de 100 anos de história sem as manutenções necessárias para o bom funcionamento. De acordo com as gestoras, a realização de eventos dentro do centro cultural ficou inviável, pois chovia dentro do prédio que sofria com sérios problemas de umidade, as grandes janelas e escadas de madeira antiga estavam se deteriorando. Os móveis e objetivos que haviam dentro do prédio enquanto funcionamento do centro cultural como as mesas, as estantes e até projetores foram destinados à outros locais desconhecido pelas gestoras, alguns até saqueados como as centenas de livros de temática africana que se encontrava na biblioteca do CCJB.

Imagem 7 – Fachada do Centro Cultural José Bonifácio



Fonte: <https://www.pinterest.ca/pin/297519119105254025/>

---

<sup>13</sup> Entrevista realizada pelas pesquisadoras Amanda Wanis e Laryssa Nallin do Grupo de Pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, Laboratório globalização e MetrÓpole (GDPU) da Universidade Federal Fluminense(UFF).

Após anos de obsolescência do poder público em relação ao prédio e seu funcionamento, em 2011 ocorreu uma grande reforma que durou até o ano de 2013. O prédio passou de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura para a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro) em parceria com a concessionária Porto Novo para realização das obras, porém segundo com as atuais gestoras, essa troca de responsabilidade foi realizada sem nenhum tipo de documentação oficial ou extraoficial. É notável que a CDURP é o principal agente de realização de obras, acordos e eventos no Porto Maravilha, assim a Secretaria Municipal de Cultura acaba ficando em segundo plano nessas questões.

De acordo com o site oficial do Porto Maravilha<sup>14</sup>, foram investidos R\$ 3,8 milhões (três milhões e oitocentos mil reais) provenientes de vendas de CEPACS na restauração do centro, que se preocupou na preservação da fachada do prédio e a conhecida escada de madeira em seu interior. Foram revitalizados os pátios anteriormente abandonados, e além desses detalhes, ainda de acordo com o site do do projeto a reforma também incluiu:

(...) o restauro de pisos, telhados, fachadas, forros, esquadrias, revestimentos e ornamentos, as obras instalaram sistema de ar condicionado e adaptações de acessibilidade. O edifício agora dispõe de rampas e elevador para acesso a portadores de necessidades especiais. A obra recolocou os painéis de azulejos que retratam as transformações urbanísticas da região do porto retirados no início das reformas.

(PORTO MARAVILHAM, 2013)

O dinheiro destinado à essa reforma foi proveniente do programa Porto Maravilha Cultural, criado em 2011 somente após 2 anos o início das obras do projeto quando tais já estavam em fase avançada “(...) e *impactando a vida cotidiana dos moradores, que vinham se organizando*<sup>15</sup> e *reivindicando participação nas decisões sobre o projeto da Prefeitura.*” (ALBINATI, 2016). Conforme o site do Porto Maravilha, este programa possui as principais linhas de ação citadas abaixo:

---

<sup>14</sup> <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3938> acesso em 24/11/17

<sup>15</sup> Em janeiro de 2011 foi realizada a primeira reunião de moradores para analisar os impactos do Porto Maravilha na vida cotidiana dos moradores da região.

- Preservação e valorização da memória e manifestações culturais
- Valorização do patrimônio cultural imaterial
- Produção e difusão de conhecimento sobre a memória da região
- Recuperação e restauro material do patrimônio artístico e arquitetônico
- Exploração econômica dos patrimônios material e imaterial, respeitados os princípios de integridade, sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento social.<sup>16</sup>

O Porto Maravilha Cultural determina a aplicação de pelo menos 3% dos recursos totais arrecadados com as vendas dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACS) na recuperação do patrimônio e fomento à atividade cultural da região, como especifica a Lei Complementar 101/2009, em seu artigo 36:

§ 7.º Um mínimo de três por cento do valor auferido pela venda de CEPACs será destinado, na forma da regulamentação, à recuperação do Patrimônio, na área da OUC, podendo, para essa exclusiva finalidade, ser investido também na vizinha área do Projeto Sagas, instituído pela Lei n.º 971, de 4 de maio, de 1987 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.351, de 14 de janeiro de 1988.<sup>17</sup>

É importante ressaltar o questionamento sobre essa porcentagem destinada ao uso cultural no Porto Maravilha. Será que, caso não existisse esse valor pré-estipulado em lei, os centros culturais os quais fizeram parte e usufruíram desse recurso estariam hoje à mercê do tempo, sem a preocupação do poder público para com eles?

No capítulo seguinte é evidenciado as diferenças de investimento e apoio do interesse público-privado comparando os centros culturais do Circuito da Herança Africana - em especial o CCJB, em relação ao MAR e ao Museu do Amanhã. A situação em que eles se encontram e até mesmo o território privilegiado, luminoso em que os dois novos grandes museus se localizam. Além disso, é também exposta a questão da presente gentrificação, inclusive cultural, na região após a implantação do Porto Maravilha.

---

<sup>16</sup> [http://portomaravilha.com.br/porto\\_cultural](http://portomaravilha.com.br/porto_cultural) acesso em 24/11/17

<sup>17</sup> <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/101/lei-complementar-n-101-2009-modifica-o-plano-diretor-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-a-operacao-urbana-consorciada-da-regiao-do-porto-do-rio-e-da-outras-providencias> acesso em 24/11/17

### 3. PRAÇA MAUÁ COMO TERRITÓRIO LUMINOSO, CIRCUITO DA HERANÇA AFRICANA COMO TERRITÓRIO OPACO.

Nesse capítulo é feita a apresentação dos conceitos utilizados na pesquisa, como espaços luminosos e opacos (SANTOS, 1996), espaço público (SAGRE, 2005), além da gentrificação e direito à cidade. Tais conceitos são extremamente importantes para o entendimento do que vem ocorrendo com a região portuária carioca, e quais estão sendo os efeitos de implantação do projeto Porto Maravilha para além das áreas luminosas, aqui entendidas como a região da Praça Mauá.

É clara a intenção do projeto Porto Maravilha, observando a execução das obras, que há uma determinada área que é “querida” pelos executadores, local onde há maior concentração de investimento e atenção do poder público. Esse local pode ser considerado como um território luminoso, entendido aqui de acordo com Santos (1996) e Etges e Carissimi (2014) como: “territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e, portanto, se tornam mais aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização” (ETGES e CARISSIMI, 2014). Ainda sobre o conceito de espaços luminosos, Ana Clara T. Ribeiro cita:

Os espaços luminosos são mais do que espaços simplesmente iluminados. Os espaços luminosos, no meu entender, seriam produtos da razão que amplifica estrategicamente comandos da modernidade. Denotam a força da racionalização emanada do pensamento instrumental, que, ao selecionar o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer. Os espaços luminosos engrandecem a visão, oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejada e desejável. Nestes espaços, são criadas formas de leitura das hierarquias sociais e ativismos controlados pelas ofertas dos novos serviços. Os espaços luminosos são, portanto, ativos; mas, a sua condensação de atividades não se traduz em oportunidades de ação plena. Esta se encontra reserva aos detém o poder de criá-los e mantê-los sob as luzes do sempre mais moderno. (RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades*. Redobra, n.09, p. 58-71, 2012. p 67).

Em contraposição ao espaço luminoso há o espaço opaco, causado pelo excesso de luminosidade em certos locais, o que faz com que outros menos luminosos sejam esquecidos, “abandonados em sua opacidade. Uma opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse, do literal apagamento e do radicalmente negativo” (RIBEIRO, 2012 p. 67). Esses espaços seriam espaços

que lutam por um reconhecimento e valorização, espaços de sobrevivência.

No caso do Porto Maravilha, o espaço luminoso pode ser considerado a Praça Mauá com os equipamentos culturais nela inseridos, e o anexo ao lado, a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, popularmente conhecido como Boulevard Olímpico, locais que tanto o poder público quanto as empresas privadas, inclusive do setor cultural, consideram de maior importância e visibilidade para investir sua atividade produtiva. Já o espaço opaco, nesse trabalho, são os locais onde se encontram os espaços culturais pertencentes ao Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, em especial o Centro Cultural José Bonifácio, localizado na Rua Pedro Ernesto, próximo à Praça Mauá, como dito aqui no capítulo anterior.

É possível afirmar que a intervenção urbana realizada por atores específicos vem alcançando o objetivo proposto do projeto, objetivo este o qual é fazer com que os novos museus inseridos na Praça Mauá famosos e transformados em cartão postal da cidade maravilhosa. Isso acaba por atrair um grande fluxo de turistas e atenção da mídia nacional e internacional para a região.

Algumas questões podem ser identificadas na construção do território luminoso, sendo uma delas o uso da economia criativa e seu discurso para agregar certo legitimização aos processos de transformações do espaço. De acordo com Ana Carla Fonseca Reis (2011), a economia criativa pode ser considerado o que abrange desde o ambiente de negócios existente em torno da indústria criativa, baseada em bens e serviços criativos.

Sobre espaço público, SAGRE (2005) parte do princípio que é o espaço de encontro social e político para a prática da diversidade. Porém, existem diversos interesses contraditórios dentro do espaço público que em um governo neoliberal podem acabar sofrendo com a privatização desses espaços, esvaziando a sociabilidade democrática, do convívio e intercâmbio social:

“Refletir como espaço público obriga a pensar o espaço como recurso, como produto, como prática e como significado (...). Ou seja, a apropriação e utilização particular do espaço, tanto em nível material como simbólico, como a transformação dos espaços existentes e a produção de espaços inéditos, tem que se identificar com diferentes projetos culturais “emergentes” ou contraditórios. O mais preocupante em relação ao “assalto ao público ou privatização” não é a apropriação pessoal do público - o que seria uma forma de socialização -, mas o esvaziamento e deterioração do espaço social, ou seja, o desaparecimento de um conjunto de formas e funções que

favoreciam o relacionamento social e a vida democrática.” (SAGRE, 2005. p. 02).

O espaço é apropriado, tornando-se assim território, local de relações sociais de produção (SANTOS, 1985). Diversas vezes a política pública urbana e a política cultural desconsideram o território em que irá inserir novas práticas culturais, novos modelos de consumo cultural e novos equipamentos culturais. O que ocorre no Porto Maravilha é que, no projeto de urbanização, a intenção da implantação de espaços culturais grandiosos e espetaculares parece ser especialmente atrair fluxo de capital e assim auxiliar nos processos de renovação urbana. De acordo com o discurso do projeto de revitalização e da Prefeitura do Rio, isso contribui para a formação cultural do indivíduo inserido naquela região, que antes das reformas e construções não possuía acesso à cultura. Porém é clara a descaracterização da cultura local pré-existente, implementando uma cultura elitizada. Essa afirmação é possível atentar aos objetos de estudo utilizados aqui, onde pode ocorrer o enfraquecimento dos bens culturais antigos e históricos existentes pré-projeto da região, e um enaltecimento dos dois novos museus construídos na Praça Mauá.

Pode-se afirmar que há, nos novos tipos de planejamento urbano, a utilização do espaço público como um complemento do projeto de revitalização, em que a noção de espaço público vem sendo utilizado nesses grandes projetos de renovação urbana, partindo do interesse de fomentar a valorização econômica do território e turismo local. Aqui entendemos espaço público a partir da definição de Sagre (2005) como ponto de encontro e de diversidade, para a prática de ação social política e como local de liberdade de expressão. Essa definição é de certa maneira esvaziada, pois o espaço público acaba se tornando o principal alvo de investimento do Porto Maravilha, construindo a proposital homogeneização do território e do público fruidor.

Observa-se que um dos fenômenos resultantes dos projetos de revitalização da região portuária do Rio, como dito anteriormente, é o processo de gentrificação. Bidou-Zachariassen (2007) relata que o termo *gentrification* foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass no início dos anos 1970:

Para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais,

segundo o modelo até então dominante para essas classes sociais. (...) Transformando a composição social dos residentes de certos bairros centrais por, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006 p. 22).

O processo de gentrificação sofre uma mudança a partir da década de 90, devido ao surgimento dos governos neoliberais, alterando o cenário político mundial. De acordo com Smith: “essas mudanças políticas modificaram os ordenamentos das políticas públicas sobre a gentrificação e encorajaram o financiamento habitacional para o setor privado” (SMITH, 2006. p. 75), atingindo as políticas urbanas.

Smith entra na questão da existência de 5 características interligadas pela generalização da gentrificação: 1) o novo papel do Estados e as parcerias público-privadas; 2) o fluxo de capital nos novos projetos de reformas de centros urbanos; 3) a ascensão de grupos em combate à gentrificação; 4) a difusão da gentrificação além dos centros de cidades; e por fim 5) a generalização setorial da gentrificação. Destes 5 pontos citados por Smith, há alguns pontos centrais que é visível a ocorrência no Porto Maravilha.

Primeiramente, o investimento da Prefeitura Municipal em tal empreendimento é voltado aos interesses econômicos e ditada pelo mercado, um projeto visivelmente especulativo (HARVEY, 1996). Por conseguinte, para que as obras acontecessem, ocorreu corriqueiramente a remoção da população de classe mais baixa, habitante do local, tanto pela especulação imobiliária, quanto pela expulsão feita pelo poder público para utilização de terrenos<sup>18</sup>. Sendo essas pessoas alvo também da força de ações policiais para se retirarem, movimentos de resistência<sup>19</sup> eclodem em diversas localidades da região. Porém, a questão sobre os movimentos de resistência não será aprofundada aqui por não se tratar da questão central deste trabalho.

Smith (2007) defende que a “globalização emergente da gentrificação, como a das próprias cidades, representa a vitória de certos interesses econômicos e sociais sobre outros, em geral de dimensão classista” (SMITH 2007, p 80). Ou seja, não há grande interesse do poder público em revitalizar uma área abandonada e degradada para oferecer melhor estrutura urbana e social à população de baixa

---

<sup>18</sup> <http://odia.ig.com.br/portal/rio/moradores-da-provid%C3%Aancia-se-queixam-de-remo%C3%A7%C3%A3o-imposta-1.560354> acesso em 01 dez 2017.

<sup>19</sup> [http://issuu.com/ongfase/docs/fase\\_web/5?e=0/7054918](http://issuu.com/ongfase/docs/fase_web/5?e=0/7054918) acesso em 01 dez 2017.

renda que a ocupa, mas é motivado sobretudo pelos interesses econômicos do capital, visando a atração de um determinado grupo específico de pessoas de maior renda para a recomposição socioeconômica da região, incentivado pelo seu consumo turístico.

O projeto Porto Maravilha é um exemplo do projeto unilateral, em que o poder público exclui a possibilidade de participação e debate democrático com a sociedade civil, ato que deveria anteceder a implantação das obras. A gentrificação está ligada em uma complexa combinação de poderes e interesses entre os empreendedores imobiliários, o mercado financeiro e o comércio. Segundo Smith:

“Os projetos imobiliários se tornam peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificada pela geração de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais.” (SMITH, 2006, p. 78).

É importante relacionar a intervenção urbana na zona portuária do Rio e a gentrificação com o conceito de direito à cidade, que de acordo com Harvey (2008):

(...) está muito longe da liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY 2008, p. 74).

Ou seja, podemos entender que o direito à cidade é o direito a participação da sociedade e dos benefícios da vida urbana. Atualmente, os novos projetos de cidade centrados no mercado e no capital são o foco do poder público, incluindo novos meios de produção e novas formas de exclusão e segregação. Existe uma ausência de participação na formação da cidade por aqueles que foram, de certa maneira, excluídos do desenvolvimento econômico ou para aqueles que sofreram e sofrem com a gentrificação. Ainda segundo Harvey, nos novos processos de revitalizações urbanas, “a qualidade de vida urbana virou mercadoria, (...) onde o turismo e as indústrias culturais e do conhecimento se tornaram aspectos importantes da economia urbana.” (HARVEY 2008, p. 81). No contexto do projeto Porto Maravilha o direito coletivo à cidade é seriamente comprometido, pois não

houve participação pública nas transformações socioespaciais, levantando a questão de até que ponto a cidade dessas pessoas está sendo remodelada sem a inclusão delas, com intuito de consumo de outros.

Logo, assim é constatado a rearticulação de um projeto de cidade a qual está é compreendida como uma empresa global pelo poder público, sendo os cidadãos e turistas consumidores desta empresa-cidade. O uso da cultura é reforçado como gerador de uma forma hegemônica de consumo, excluindo a compreensão do universo cultural como parte da reprodução social e do cotidiano da zona portuária.

Na campanha oficial do Porto Maravilha tende a justificar os investimentos e as decisões do poder público referentes àquela região a qual é referida como um vazio urbano, um local, nos últimos anos, deixada para usos degradados e de espaço decadente, tanto econômica quanto socialmente. Para compor essa retórica, podemos pontuar as cerimônias oficiais, mídia social, cobertura de jornais e da mídia televisiva que repetem incansavelmente tal discurso.

Entretanto, aquele território é repleto de história, e isso é ignorado nos discursos hegemônicos oficiais. Nos resta então, questionar se ali realmente existia um “vazio”, como afirmado. Como visto no início do capítulo anterior, a região portuária do Rio de Janeiro é extremamente complexa em sua configuração histórico-social, desde a época colonial, território palco de diversos acontecimentos importantes, como o tráfico negreiro e lutas trabalhistas. A propaganda oficial do projeto faz uso da história para vender o produto Porto Maravilha, de acordo com Albinati:

O mesmo discurso oficial que afirma o valor histórico e tradicional da região, constrói a ideia de vazio, criando um hiato temporal que preenche o intervalo entre o início do século XX, onde se deu a Reforma de Pereira Passos, e o início do século XXI, onde está sendo concretizado o Porto Maravilha. Dessa forma, apagam-se o caráter cultural das aludidas história e tradição, restando delas somente o registro imóvel. (ALBINATI, 2016 p. 142).

Essa tentativa de construção de uma ideia de território estagnado temporalmente e economicamente foi e ainda é necessária para a construção de um consenso em torno da necessidade de intervenção urbana na região portuária, não necessariamente tendo como alvo principal a população local, mas em particular

turistas e a população de alta renda da cidade. Como já pontuado, essa estratégia é utilizada para estimular o consumo turístico no local, incentivado pela competitividade global de cidades, e pela acumulação do capital financeiro, a fim de gerar renda e requalificação local pelo consumo, assim como vender o Rio de Janeiro como uma cidade consumível.

### **3.1 O Circuito da Herança Africana**

Como é possível afirmar que a zona portuária, tão rica em sua história, com uma cultura tão densa se limita apenas a um território “sem vida” e “vazio”? A região definitivamente não é e nunca foi um “vazio” em nenhum sentido, sempre esteve repleta de relações sociais e de seres humanos marginalizados pela sociedade, que dependem dela de certa maneira, para viver, pois é o local onde habitam, onde trabalham, onde passam parte de sua vida, onde consomem, onde constroem cultura e a história carioca. Além disso, essa área representa grande importância para a formação da cidade em seu aspecto físico, social e simbólico. É um território rico em memória e história da cidade, de lutas, disputas políticas e resistências

Há uma relação contraditória nos discursos e atitudes do poder público e do Porto Maravilha: ao mesmo tempo em que alegam continuamente o “vazio” o qual a área se limitava para justificar a revitalização, eles procuram trazer a memória histórica da região por um circuito cultural denominado Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Como pode no local haver algum tipo de vazio, se por exemplo, os equipamentos culturais participantes deste circuito estão ali há anos, há muito tempo sofrendo com o tempo e o descuido do poder público para com eles e com o restante da região, a qual, como já citado anteriormente, ficou esquecida pela prefeitura e à mercê da população que mantinha a vida pulsante da região.

Após o início das obras do Porto Maravilha, escavações arqueológicas trouxeram à tona a importância histórica da região em relação à Diáspora Africana. Pode-se destacar, entre elas, o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz, desterrados no ano de 2011.

O local, construído no início do século XIX, foi por onde centenas de milhares de escravos africanos aportaram no Brasil, sendo o maior porto de escravos que se

tem conhecimento da América Latina. Em novembro do mesmo ano de “descobrimento” do Cais do Valongo, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana foi criado pelo Porto Maravilha. Pelo decreto 34.803 de 29 de novembro de 2011 foi instituído o Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico Arqueológico da Herança Africana<sup>20</sup>, com a finalidade de elaborar coletivamente políticas de valorização da proteção e memória deste patrimônio cultural. O Circuito inclui o Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos, o Cais do Valongo e o da Imperatriz, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito (atual Praça dos Estivadores) e a Pedra do Sal, como pode ser observado na imagem abaixo:

Imagem 8 - Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana



Fonte: <http://portomaravilha.com.br/circuito>

Ao mesmo tempo, o Porto Novo realizou algumas transformações no espaço da região no que diz respeito às ações patrimoniais, mas houve uma visível seletividade histórica pelas heranças dos imigrantes europeus, e um silenciamento quanto ao passado escravocrata cravado naquele território.

Assim, a descoberta das ruínas do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz em

<sup>20</sup> <http://portomaravilha.com.br/circuito> acesso em 25 nov 17

2011 gerou grandes desdobramentos nas políticas culturais da região portuária.

O Cais do Valongo é reconhecido nacional e internacionalmente, e inclusive foi declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em Julho de 2017<sup>21</sup>. Esse fato acaba criando um potencial de atração turística fora da Praça Mauá e Boulevard Olímpico, quando na verdade, não havia qualquer intenção inicial de fazê-lo, nem pelos órgãos da prefeitura responsáveis, nem pelo Consórcio Porto Novo.

Após ser instituído por decreto, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, já se iniciaram as indagações em torno dos interesses da criação deste circuito. A ideia seria criar maior visibilidade aos lugares ligados à memória da cultura negra na região, mas por exemplo, o Jardim Suspenso do Valongo faz parte do circuito de uma maneira polêmica, pois ele é considerado uma forma de apagamento do passado escravocrata na região, planejado e construído em moldes europeus por Pereira Passos.

Vale destacar o trecho abaixo retirado do site oficial sobre os patrimônios participantes do circuito da Herança Africana, também conhecida como “Pequena África”:

Cada um dos pontos indicados pelo decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representa a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. (PORTO MARAVILHA, s. d.).<sup>22</sup>

Dentro deste circuito gostaria de dar certa atenção, além do Centro Cultural José Bonifácio, ao O Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos (IPN), também conhecido como Cemitério dos Pretos Novos ou apenas Instituto dos

---

<sup>21</sup> [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/valongo\\_wharf\\_is\\_the\\_new\\_brazilian\\_site\\_inscribed\\_on\\_unesco/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco/) acesso em 03 dez 2017

<sup>22</sup> Disponível em <http://portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em 05 dez 2017.

Pretos Novos, pois ele se localiza na mesma rua em que o CCJB.

Fazendo um breve histórico do IPN, o local é onde situa-se um sítio arqueológico (Cemitério dos Pretos Novos) que foi descoberto por acaso, enquanto uma reforma em uma casa da época colonial era realizada na residência, em 1996. Foram encontrados embaixo do terreno restos mortais, ossadas humanas e utensílios de escravos africanos no século XVIII. No local eram enterrados escravos africanos os quais não resistiram às péssimas condições de travessia do Oceano Atlântico<sup>23</sup> - um dos maiores cemitérios de escravos da América. Após esse achado, houve um processo realizado pelos proprietários da casa, que duraria 10 anos até o local então tornar-se um centro cultural em 2006, a qual é gerida pela ex-moradora da casa.

Voltando à questão do Circuito da Herança Africana, é plausível afirmar que há uma tendência nas políticas da prefeitura do Rio de Janeiro em criar circuitos históricos e culturais, em especial na região portuária da cidade, após a revitalização. O interesse político por trás disso pode ser considerado que tal modelo de turismo é incentivado por não necessitar de investimento público direto, ao mesmo tempo que fomenta o consumo cultural na região diretamente.

Porém, esse tipo de consumo é voltado especialmente para turistas, ou seja, até mesmo o modelo de consumo cultural em um circuito turístico situado nos territórios opacos daquela região pode ser considerado gentrificador. Claramente esse tipo de circuito não é voltado para os agentes da região.

Neil Smith (2007) já havia afirmado que a gentrificação não é necessariamente apenas uma reconfiguração espacial ou um processo de adequação econômica, a gentrificação também trata-se de uma construção ideológica baseado na existência de determinadas políticas, porém com grande possibilidade de alteração dos elementos ali presentes, como mencionado acima. As alterações ocorridas no âmbito cultural não se dão apenas por ação direta das intervenções práticas urbanísticas, como na composição social dos territórios, o que acaba criando diferentes formas de criar um novo significado, pois temos entendido aqui que a gentrificação é também uma construção ideológica.

Reiterando o discurso da prefeitura em torno dos bens culturais que já se

---

<sup>23</sup> [https://www.geledes.org.br/descoberta-cemiterio-dos-pretos-novos/?gclid=EAlalQobChMI8a3LsKXv1wIVVQmRCh3wIQAfEAAYASAAEgKEx\\_D\\_BwE](https://www.geledes.org.br/descoberta-cemiterio-dos-pretos-novos/?gclid=EAlalQobChMI8a3LsKXv1wIVVQmRCh3wIQAfEAAYASAAEgKEx_D_BwE) acesso em 02 dez 2017

encontravam na região antes da execução do Porto Maravilha, o diagnóstico cultural apresentado no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016, denominado “Rio pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo” expõe que:

A cidade conta com oportunidades inexploradas, como bairros que possuem uma série de atrativos culturais que, se bem articulados, podem gerar atividade econômica e melhorar a qualidade de vida da população. (...) Fortalecer a Região Portuária da cidade como polo cultural, valorizando seu forte conteúdo simbólico – histórico, social e cultural – com iniciativas públicas ou privadas. (Rio pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo, 2013. p. 99).

Contudo, podemos considerar em relação à criação do Circuito da Herança africana e pela tendência do Porto Maravilha em criar circuitos turísticos e culturais, que o restauro de alguns imóveis históricos e até mesmo tombados na região limita-se tão somente à edificação, como por exemplo pode ser identificado no CCJB. É notável que as áreas adjacentes continuam em mau estado de conservação, também carecendo de reformas. Apesar da criação de um Circuito Cultural ligado à rica herança africana da zona portuária, observa-se não haver um programa de integração entre todos os bens culturais do Porto Maravilha, ligando o território luminoso com os territórios opacos em que encontram-se centros culturais e sítios históricos.

## **4. O CONTRASTE ENTRE O CCJB, MAR E MUSEU DO AMANHÃ.**

### **4.1 Centro Cultural José Bonifácio e Circuito da Herança Africana**

O Centro Cultural José Bonifácio, assim como todo o circuito cultural da Pequena África, foram impactados das mais diversas formas pela execução do projeto Porto Maravilha. Em alguns momentos negativamente e em outros de maneira positiva. Como exemplo, temos as obras do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), implantado na região central, que passa pela rua Pedro Ernesto, onde se encontra o CCJB e o Instituto dos Pretos Novos (IPN) - ambos participantes do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana - como dito anteriormente. As obras dificultaram muito, durante aproximadamente 3 anos, a chegada de até o local, rua que inclusive ficou completamente interditada durante um período de tempo. Porém, graças a esse projeto a reforma tão necessitada e esperada no centro cultural foi efetivada em 2013. Além da dificuldade de acesso ao local devido às obras do VLT, em 2015 houve uma reorganização das linhas de ônibus da cidade do Rio de Janeiro, em que diversas linhas foram extintas e integradas em uma só, o que dificultou o acesso à zona portuária.

Voltando a questão do CCJB dentro dessa região e circuito, fica claro que apesar da importância histórica e até do potencial turístico do centro cultural, a rentabilidade do ponto de vista do marketing cultural é pequena, se comparado aos outros equipamentos culturais que tem recebido grandes investimentos, como o MAR e Museu do Amanhã, pois este está inserido em um território opaco, com falta de políticas de incentivo à sua visitação.

Pela conversa/entrevista que ocorreu com as então gestoras do Centro Cultural José Bonifácio em outubro de 2016, foi discutido sobre a manutenção do local histórico e como é a relação de possibilidade de financiamentos de empresas culturais privadas. De acordo com elas, o CCJB se mantém com o suplemento de fundo, o qual é repassado um valor mensal a todos os centros culturais da cidade para se manterem, esse valor é referente a R\$ 8 mil (oito mil reais) mensais.

Até a data da entrevista, nenhuma atividade estava ocorrendo no centro cultural, especialmente pela falta de renda para arcar com os custos de uma exposição, por exemplo. Por isso, o CCJB entrou na lista de centros culturais da

cidade do Rio de Janeiro disponíveis no edital municipal de ocupação para o ano de 2017. Nesse edital, o qual não tive acesso - segundo as gestoras, os custos dos projetos, independente do seguimento - exposições, teatro, dança, etc - são totalmente responsabilidade do proponente. Ou seja, o CCJB fica responsável somente por ceder o espaço para a atividade cultural a ser realizada.

Foi perguntado também durante a entrevista como seria a perspectiva de diálogo com as empresas privadas que exercem as obras no Porto Maravilha e que costumam patrocinar o setor cultural, ou com outras grandes empresas privadas da cultura. A resposta da entrevistada foi:

A ideia é que foi falado em várias reuniões, era de aproveitar essas firmas que estão envolvidas na obra da região para virarem parceiras. Algumas vieram visitar sim, mas nenhuma se mostrou interessada. (...) Por exemplo, a Odebrecht<sup>24</sup> está criando um próprio espaço dela de cultura na região. O próprio Itaú Cultural teve ótimas ideias ligada a questão literária. Ótimo! (...) Mas veio o Itaú aqui e também não se interessou. O diretor do MAR veio ver o espaço, disse que tinha uma ideia de uma peça de teatro, mas depois da visita nem respondeu mais meus e-mails. Aí, fico perguntando na prefeitura, na secretaria de cultura e ficam enrolando. A coordenação e gestão daqui está acontecendo, a gente vai fazendo o que pode.<sup>25</sup>

Realizando uma pesquisa profunda on-line sobre a programação do CCJB durante o ano de 2017, foi constatado que o centro cultural não possui site próprio, somente uma página na rede social Facebook. Sobre a evolução do local na questão de visitas, incentivos, patrocínios e atividades durante 2017, no mês de março ocorreram dois eventos marcantes para o local: a reabertura da Biblioteca Popular da Gamboa, em uma sala do espaço, e a inauguração do Museu da Escravidão e da Liberdade na sala Abdias do Nascimento. Tal exposição, porém, conta com somente uma peça exposta, a primeira e única peça do acervo é um cadeado de senzala, datado do século XIX.

Além disso, o CCJB possui salas amplas e desocupadas, e elas são ocupadas pelas denominadas pela própria página do espaço, de “residências artísticas”, o qual é que a ocupação das salas para ensaio de grupos de danças e

---

<sup>24</sup> Empresa de construção civil responsável por realizar empreendimentos imobiliários na região do Porto Maravilha

<sup>25</sup> Entrevista realizada pelas pesquisadoras Amanda Wanis e Laryssa Nallin do Grupo de Pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, Laboratório globalização e Metrópole (GDPU) da Universidade Federal Fluminense(UFF).

teatro. Além das residências artísticas, o CCJB recebeu diversas palestras e oficinas, e somente 3 exposições não fixas, a maioria delas com temática da cultura africana. Aconteceu também durante o ano algumas apresentações de teatro de pequenos grupos nas salas, porém o que pode ser considerado mais frequente são as visitas guiadas, especialmente composto por grupos de escolas.

Pela programação escassa e pela página no site Facebook do centro cultural é possível concluir que o investimento neste equipamento cultural é incomparavelmente menor em relação aos outros museus estudados neste trabalho. No tópico seguinte a questão do MAR e Museu do Amanhã e seus investimentos, tanto público quanto privados será exemplificada mais profundamente.

Gostaria de elencar que não é somente o CCJB que passa por dificuldades para se manter fora do circuito da Praça Mauá e Boulevard Olímpico. O Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos (IPN), localizado na mesma rua em que o Centro Cultural José Bonifácio, vem passando por dificuldades financeiras e de funcionamento desde o momento de sua fundação - a qual, como visto no capítulo anterior, não foi um processo rápido e fácil. Durante os anos da reforma da região, temos que em 2013 e 2014 o Instituto não consegue financiamento nem é contemplado pelos editais existentes na cidade, e pelas dificuldades financeiras constantes, a diretora resolveu tomar uma medida drástica e fechá-lo em dezembro de 2014, publicando uma nota na página oficial do IPN no facebook. Atualmente, em 2017, o IPN passa pelo mesmo problema de falta de verba e está novamente ameaçado a fechar as portas.

O que podemos reconhecer é que esta dificuldade em manter os espaços, de adquirir algum tipo de financiamentos ou patrocínio externo, vem ocorrendo em todo o Circuito da Cultura Africana. O que vem acontecendo no circuito é que há uma preocupação somente na recuperação arquitetônica dos locais, em especial aqueles com uma relevante carga patrimonial material - como é o caso do CCJB. Realizada as obras relacionadas a edificação, há uma tendência do esvaziamento dos espaços culturais em relação ao seu uso e fruição. Isso ocorre devido à falta de preocupação do poder público pelo seu bom e pleno funcionamento para além da estética.

Como um exemplo, temos que o Centro Cultural José Bonifácio, antes de sua reforma, além de estar passando por sérios problemas estruturais no prédio, sofria com a sua falta de incentivo à ocupação e programação como centro cultural.

Já se passaram 4 anos após a conclusão da reestruturação predial realizada pela CDURP e o CCJB continua passando pela mesma dificuldade de antes: manter uma densa programação o qual gera comunicação efetiva com a região e chama a atenção pública para o local.

Desta forma, é possível afirmar que não é suficiente a realização de restauração de bens culturais no âmbito estrutural realizada de forma isolada, desconsiderando o contexto o qual estes estão inseridos. Não basta ter um projeto sem conhecimento da dinâmica e da realidade social urbana da região para ser executado.

Uma crítica à isso é a maneira como a comunicação institucional, tanto do CCJB quanto de diversos outros equipamentos culturais que se situam nos espaços opacos do Porto Maravilha, é realizada. A divulgação destes espaços, assim como a construção de sites próprios poderiam ser realizados de maneira mais efetiva pela Prefeitura do Rio de Janeiro, já que tais bens culturais são apenas de administração pública e não conta com todo um grande aparato para auxiliar nessa questão, como o MAR e o Museu do Amanhã. O Circuito da Herança Africana no geral não possui um meio de comunicação e divulgação efetiva, além de menções e seu histórico no site oficial do Porto Maravilha.

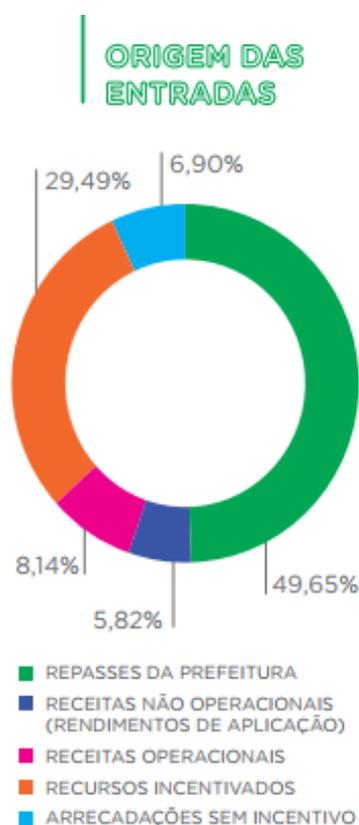
É interessante pontuar que em um projeto o qual sustenta seu discurso oficial e em sua divulgação a valorização do patrimônio cultural, o patrimônio cultural local instituído antes do planejamento do projeto Porto maravilha é menosprezada pelas suas ações políticas.

A valorização dos espaços públicos e culturais, dos modos de vida da população local e sua relação com a preservação histórico-cultural não deveria ser entendida somente através da recuperação das edificações, mas sobretudo da apropriação popular do espaço, assim como vem ocorrendo na Praça Mauá. As atividades sociais exercidas no espaço e a geração de sustentabilidade econômica da região valorizada economicamente deveria transcender os limites dos territórios luminosos, visto que a conservação urbana engloba inclusive o fluxo de pessoas no local, assim como a fruição do mesmo.

## 4.2 Investimentos no Museu de Arte do Rio (MAR) e do Museu do Amanhã (MDA)

As duas imagens abaixo foram retiradas dos relatórios de gestão do Museu de Arte do Rio 2016 e Museu do Amanhã 2015/2016 respectivamente. É gritante a diferença de investimento e também de patrocinadores interessados em investir nesses dois equipamentos culturais em relação aos outros também situados na região do Porto Maravilha, como o Centro Cultural José Bonifácio. A diferença começa pelo tipo de gestão, pois o CCJB é um equipamento da Secretaria Municipal de Cultura, gerido por funcionários da esfera pública, em contraposição o MAR e o MDA são ambos de gestão privada, geridos pelo Instituto Odeon e Instituto de Desenvolvimento e Gestão respectivamente.

Imagem 9 - Origem de entrada de dinheiro no MAR – 2016



Fonte: <http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2016.pdf> acesso em 03/12/17

Imagem 10 - Total receitas Museu do Amanhã - biênio 2015/2016

<b>RECEITAS</b>	<b>Orçamento Contrato de Gestão 2015</b>	<b>Orçamento Mantenedor 2015</b>	<b>Orçamento Global 2015</b>	<b>Orçamento Contrato de Gestão 2016</b>	<b>Orçamento Mantenedor 2016</b>	<b>Orçamento Global 2016</b>
<b>Repasse do Contrato de Gestão</b>	<b>15.584.507</b>	<b>0</b>	<b>15.584.507</b>	<b>15.584.507</b>	<b>0</b>	<b>15.584.507</b>
<b>Recursos Captados</b>	<b>1.813.652</b>	<b>3.000.000</b>	<b>4.813.652</b>	<b>2.727.304</b>	<b>3.000.000</b>	<b>5.727.304</b>
Aluguel de espaços, eventos, bilheteria	1.813.652	0	1.813.652	2.727.304	0	2.727.304
Patrocínios, leis de incentivo, convênios, doações, etc..	0	3.000.000	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>140.547</b>	<b>0</b>	<b>140.547</b>	<b>115.001</b>	<b>0</b>	<b>115.001</b>
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>17.538.706</b>	<b>3.000.000</b>	<b>20.538.706</b>	<b>18.426.812</b>	<b>3.000.000</b>	<b>21.426.812</b>

Fonte: <http://www.idg.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Plano-de-trabalho-Museu-do-Amanha.pdf>

O relatório de gestão do MAR não possui o total arrecadado por cada tipo de investimento, como é possível visualizar na tabela do Museu do Amanhã. Porém, no relatório do Instituto Odeon do ano de 2016 diz que:

Nesse período, vale destacar a maior diversificação das fontes de financiamento do MAR, o que confere mais segurança financeira à instituição. Em 2013, ano da inauguração do museu, os recursos públicos representaram 62% das receitas. Nos anos seguintes, a fatia dos repasses diminuiu para 60%, em 2014; ficou em 61%, em 2015; e foi para 49%, em 2016. Nesse contexto, o equilíbrio financeiro foi conquistado por meio da diversificação das fontes de recursos. As receitas diretas, originadas de bilheteria, cessão de espaços (restaurante, café e loja) e locações para eventos foram impulsionadas pelas estratégias de ativação de público no período dos Jogos Rio 2016 (ver mais detalhes na página 63) e pelo estabelecimento de parcerias, passando de R\$ 295 mil, em 2013, para R\$ 2,2 milhões, em 2016. A outra fonte importante de receitas é a captação de patrocínios, principalmente via leis de incentivo fiscal, mas também de forma direta. Nesse aspecto, está claro que o MAR se beneficiou por ser o primeiro símbolo de um grande projeto de revitalização urbanística, o Porto Maravilha. Mas, além disso, a equipe do Instituto Odeon desenvolveu uma expertise de apresentação de projetos e engenharia financeira que dá flexibilidade à gestão desses recursos advindos de fontes diversas. Ainda, para a captação de recursos junto às empresas, o instituto conta com a parceria de uma agência de negócios especializada, a Levisky Negócios & Cultura (LNC). (Instituto Odeon - MAR, 2016. p.85)

Ainda no caso do MAR, o relatório do ano anterior 2015, cita que somente 39% da receita total do museu vem de fontes alternativas aos repasses da Prefeitura do Rio de Janeiro, ou seja, 61% da receita do museu foi proveniente de repasse público do município. Entretanto, não há valores arrecadados nos relatórios do Instituto Odeon a partir do ano de 2015, somente as porcentagens de onde são provenientes os repasses financeiros. Porém, de acordo com o relatório de 2014, é possível calcular qual foi o valor repassado pela administração municipal, sendo 60% do total arrecadado, o que equivale aproximadamente a R\$ 13 milhões (treze milhões de reais).

Em relação ao Museu do Amanhã, por se tratar de um museu novo com apenas 2 anos de existência, só há um relatório de gestão, relativo aos anos de 2015 e 2016, em que existe um repasse da Prefeitura do Rio de Janeiro para o Instituto de Desenvolvimento e Gestão no valor de aproximadamente R\$ 31 milhões (trinta e um milhões de reais) referente à:

Prestação de Serviços de ações de estruturação da operação, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de cultura a serem desenvolvidos no âmbito do equipamento cultural denominado Museu do Amanhã.  
(Plano de Trabalho do Museu do Amanhã 2015/2016 - IDG).

### **4.3 O museu é do amanhã, mas e a história local?**

Gostaria aqui de pontuar a questão do “novo conceito de museu” em que o Museu do Amanhã foi apresentado. Sobre a questão arquitetônica, o museu foi construído com tecnologias “sustentáveis” de uso de energia e recursos naturais - como a captação de energia solar, por exemplo. Do panorama museógrafo ele é composto por experiências que fazem parte de um percurso narrativo repleto de tecnologia e inovações interativas.

O Museu do Amanhã conjuga o rigor da ciência e a linguagem expressiva da arte, tendo a tecnologia como suporte, em ambientes imersivos, instalações audiovisuais e jogos, criados a partir de estudos científicos desenvolvidos por especialistas e dados divulgados por instituições do mundo inteiro. Traz à cidade, pela primeira vez, o conceito de museu experiencial, no qual o conteúdo é apresentado de forma sensorial, interativa e conduzido por uma narrativa. O espaço examina o passado, apresenta tendências do

presente e explora cenários possíveis para os próximos 50 anos a partir das perspectivas da sustentabilidade e da convivência. (PORTO MARAVILHA).

O tema em que envolve toda a experiência do museu é relevante e extremamente atual, porém contraditório em uma cidade em que apenas 1,9% do lixo é reciclado, em questão de saneamento básico, entre as 100 maiores cidades do Brasil, o Rio se encontra em 50º lugar, muito distante de ser um exemplo de cidade envolvida e preocupada com o meio ambiente e o futuro, especialmente dos cidadãos da cidade.

Uma outra questão contraditória que cerca a existência do Museu do Amanhã e também do MAR é a falta de menção histórica relacionada à região em que os dois grandes projetos culturais foram construídos. Muitas pessoas que visitam esses museus não sabem da importância histórica do território sob seus pés, não conhecem sobre a zona portuária carioca e não se dão conta do peso histórico daquele local e de outros centros culturais que se encontram tão próximos da Praça Mauá, como o CCJB.

A falta de interação entre o novo e o antigo é clara na dimensão do projeto, tanto pela ausência de estudos de projeto urbanístico e a criação de um plano de conservação da memória africana daquela região. Além disso, como já exemplificado anteriormente, em relação a valorização do patrimônio cultural pré-existentes no porto, pouco foi feito em relação ao seu entorno, ou em relação a melhorias de incentivo ao turismo fora do eixo cultural da Praça Mauá.

As obras do VLT na Rua Pedro Ernesto duraram mais de 3 anos, fato que tanto atrapalharam à chegada ao CCJB e ao IPN como dito no início deste capítulo. Enquanto isso, esse mesmo meio de transporte também passa pela Praça Mauá, local onde as obras do mesmo foram efetuadas de maneira muito mais rápida e eficiente, já que era interesse do poder público tornar a praça consumível turisticamente o quanto antes, para valorizar o local afim da atração de capital.

E o que podemos afirmar sobre a discrepância de investimentos entre os equipamentos culturais situados na Praça Mauá e no Circuito da Herança Africana? Essa desproporcionalidade não possui algum tipo de explicação lógica além do claro interesse do poder público em tornar a área luminosa - aqui entendida pela

região da Praça Mauá e Boulevard Olímpico - como principal centro de atração turística carioca. Isso é conveniente para a afirmação do Rio de Janeiro como uma capital globalizada, inserida no contexto de competição mundial de cidades, havendo a necessidade de reforçar o Rio como uma cidade como um centro mundial de cultura, turismo e consumo (SMITH, 2006). Assim, há a transformação do capital simbólico cultural em capital econômico, potencializando a eficiência econômica da região.

## 5. CONCLUSÃO

Como amplamente visto neste trabalho, a região portuária do Rio de Janeiro vem passando por diversas transformações em seu espaço urbano e social, na intenção de preparar a cidade para sediar grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O projeto de renovação urbana, denominado Porto Maravilha é realizado com recursos financeiros tanto público como privado, como visto aqui, pois foi realizada uma Parceria Público-Privada (PPP) entre a Prefeitura e empresas do setor privado.

A zona portuária deveras estava precisando passar por um processo de reforma urbana, pois com o passar dos anos, acabou ocorrendo a decadência das atividades econômicas da região. Segundo Mariana Werneck (2016), os três principais fatores que auxiliaram esse processo foi a transferência da capital federal para Brasília, a construção de um outro importante porto no Estado do Rio de Janeiro em Sepetiba, e a mudança do tipo de transporte aquaviário. Porém, a região nunca careceu de animação das relações sociais ali estabelecidas desde o início da urbanização da capital carioca.

O projeto de revitalização vem acompanhado de um modelo de urbanização em que o planejamento estratégico atende aos aspectos do capital financeiro, e a cidade busca tornar-se internacionalmente reconhecida entre as cidades globais como polo turístico e cultural (SMITH, 2006), a fim de incentivar o consumo das classes mais altas da sociedade, e em especial, os turistas. Vimos que o Porto Maravilha faz vasto uso da cultura como forma de geração de recursos econômicos, atraindo investimentos para o local (YÚDICE, 2006) a fim de desenvolver a economia da região considerada “sem vida”.

Entretanto, Guterman (2012) problematiza essa tendência da vontade de trazer o Rio de Janeiro à competição mundial de cidades, pois as estratégias utilizadas pelo planejamento urbano acabam não considerando as demandas dos cidadãos locais, mas sim somente o interesse em atrair consumo para a região. Ademais, a construção do Museu de Arte do Rio de Janeiro e do Museu do Amanhã na Praça Mauá são as peças chave desse processo de reestruturação e valorização urbana, e podem ser considerados principais fatores do enobrecimento da região, e conseqüentemente, a ocorrência da gentrificação.

Esse fenômeno ocorre com a especulação imobiliária que vem simultaneamente com a valorização do território, assim, os agentes sociais que estavam ali anteriormente são obrigados a se adaptarem às novas configurações do solo e espaço valorizado. O projeto Porto maravilha foi implementado, sobretudo, por e para sujeitos os quais não eram consumidores daquela região, não havendo preocupação em entender a vida local.

Entendemos aqui neste trabalho que os principais investimentos e implementação do Porto Maravilha se concentram principalmente na Praça Mauá, local onde acaba se transformando em um território luminoso (SANTOS, 1996). Em contraposição a esse território repleto de investimento e, literalmente, luminosidade, existem os espaços opacos, carentes de atenção, que foram compreendidos aqui como o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, em especial o Centro Cultural José Bonifácio.

Observamos também a tendência da campanha oficial do Porto Maravilha em retratar a região portuária como um “vazio” urbano, com espaços decadentes econômica e socialmente. Porém, o território da zona portuária possui densa relação histórica com a cidade e com o país, como referido nos capítulos acima, fato que é desprezado pelo discurso dominante. Contraditoriamente, ao mesmo tempo a propaganda oficial o projeto utiliza a história do território para vender o Porto Maravilha como culturalmente consumível.

Podemos e devemos afirmar que aquela região nunca possuiu um vazio urbano, histórico ou social. As relações nela estabelecida sempre foram extremamente complexas, e é possível ter noção da importância histórica-cultural da região pelos locais que participam do Circuito da Herança Africana. Este circuito parece ter sido criado de uma forma obrigatória, após a descoberta do Cais do Valongo em 2011, como podemos ler no capítulo 2. Anteriormente não parecia haver interesse do poder público em enaltecer, de certa forma, a cultura africana da região.

Vimos também que podemos afirmar que as ações da prefeitura em relação aos locais histórico-culturais participantes desse circuito não passam do cuidado arquitetônico-estrutural dos espaços, que é o que vem ocorrendo com o Centro Cultural José Bonifácio: um tipo de esvaziamento nos processos de uma densa e efetiva ocupação do centro cultural, como por exemplo, a criação de um museu dentro desse espaço cultural em que só existe uma única peça exposta.

Isso acontece, pois, o potencial de rentabilidade econômica da região opaca é muito menor em comparação ao território luminoso do porto, apesar de haver um grande potencial turístico no circuito ligado à memória africana. O Porto Maravilha não compartilha o sentimento vivido pelas pessoas que ali estão desde antes da implantação do projeto revitalizador, das pessoas as quais lutaram e continuam lutando para manter centros culturais vivos, em condições precárias de investimento e valorização de sua programação. A produção cultural local deveria ser muito mais valorizada pelo poder público e também pelas empresas privadas que tem interesse na região, em especial aos ricos espaços culturais, criando algum tipo de incentivo direto em que os gestores utilizem dos recursos da melhor maneira para o espaço, e não tenham que viver com o mínimo repassado pela prefeitura, para conseguirem abrir as portas aos visitantes que chegam até o local.

Da mesma maneira que concluo o último capítulo, reitero aqui que essa incompatibilidade, incoerência e diferença de investimentos (públicos e privados) entre os museus da Praça Mauá e os espaços culturais do Circuito da Herança Africana declara ainda mais a intenção de tornar o Rio de Janeiro uma capital globalizada, buscando investimentos pelo consumo turístico e cultural dos territórios luminosos daquela região.

Gostaria de finalizar a conclusão explicitando que este trabalho não pretende ser decisivo e finalizado por si só. A pesquisa aqui apresentada ainda não pode ser considerada de toda conclusiva, e que outros estudos acerca deste tema precisam ser realizados e aprimorados para melhor evidenciar algumas questões que foram aqui levantadas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBINATI, Mariana. *O território nas políticas culturais para as cidades*. Políticas Culturais em Revista, 2 (2), p. 72-83, 2009.

ALBINATI, Mariana. *“A produção de espaços culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre isotopias e heterotopias”*. 2016

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

GUERREIRO, João. *“Política cultural na região portuária do Rio de Janeiro: novos atores e um novo gestor”*. Rio de Janeiro, V Seminário Internacional - Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa.

GUIA CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO. *Centro Cultural José Bonifácio: respeito à rica e multiplural cultura negra*. (s.d.). Disponível em: <<http://guiaculturalcentrodorio.com.br/centro-cultural-jose-bonifacio/>> Acesso em 20 ago 2017.

HARVEY, D. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio"; in Espaço e Debates, ano XVI, n. 39 p. 48-64, 1996

HARVEY, D. "O direito à cidade". Lutas Sociais nº 29. São Paulo, jul./dez. 2012. p. 73-89. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod\\_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf)>. Acesso em 01 dez 2017

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Proposta Técnica para o gerenciamento e execução da Gestão do complexo denominado Museu do Amanhã. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <<http://www.idg.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Plano-de-trabalho-Museu-do-Amanha.pdf>> Acesso em 02 dez 2017.

INSTITUTO ODEON. Relatório de gestão 2013 Museu de Arte do Rio. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <[http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/relatorio\\_mar.pdf](http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/relatorio_mar.pdf)> Acesso em 02 dez 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório de gestão 2014 Museu de Arte do Rio. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <[http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/relatorio\\_mar\\_web.pdf](http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/relatorio_mar_web.pdf)> Acesso em 02 dez 2017.

\_\_\_\_\_. Relatório de gestão 2015 Museu de Arte do Rio. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <[http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/web-12.04-rel\\_mar\\_2015.pdf](http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/wp-content/uploads/2015/04/web-12.04-rel_mar_2015.pdf)> Acesso em 02 dez 2017

MELLO, Fernando Fernandes de. *A zona portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas*. Rio de Janeiro, 2003. F. Dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

PESSÔA, Luiz Alexandre Grubits de Paula; MELL, Flávia Barroso de. *Cidade Espetáculo: imaginário e representação social da marca Rio na comemoração dos seus 450 anos*. Rio de Janeiro, RJ Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Porto Maravilha. (s. d.) Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/portomaravilha>> acesso 21 jan 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Pós 2016: O Rio mais integrado e competitivo. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento\\_estrategico\\_1316.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104304/planejamento_estrategico_1316.pdf)> Acesso em 05 dez 2017.

REIS, Ana Carla Fonseca. O desenvolvimento de uma economia criativa. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio. Rio: a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades*. Redobra, n.09, p. 58-71, 2012.

SAGRE, Roberto. *Espaço público e democracia: experiências recentes nas cidades de América Hispânica*. Portal Vitrus - texto especial, n. 303, 2005.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção da cidade na virada do século: agentes, estratégias e escala de ação política*. Curitiba: Revista Sociol. Polít. 16, p. 31-49, junho 2001.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. 1999. Cidades modelo: espelhos de virtudes ou reprodução do mesmo? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 95-114, ago.-dez.

SANTOS, Milton. “*Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*”. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

Sobre o Museu. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu>> Acesso em 20 ago 2017

VAINER, Carlos. *Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos\\_vainer\\_ippur\\_cidade\\_de\\_exc\\_eacao\\_reflexoes\\_a\\_partir\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_exc_eacao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf)> . Acesso em 01 jun 2016.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano* in ARANTES; VAINER; MARICATO. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.

VAZ, Lilian Fessler. “A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos?”. Vol. 3, edição especial (2004) - Territórios urbanos e políticas culturais.

WANIS, Amanda. *A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso*. In: Lugar Comum n.43, pp. 117 - 118. UFRJ, Rio de Janeiro, 2014

WERNECK, Mariana da Gama e Silva. “Porto Maravilha: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, 239 p. dissertação (mestrado) - Programa Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

WILHEIM, Jorge. *Cidades: o que há de novo?* In: Revista AU – Arquitetura e Urbanismo, nº 137, agosto 2005. Disponível em <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/137/urbanismo-22206-1.asp>>. Acesso em 20 nov 2017.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura da era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.